



# DN

## DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Terça-feira, 20 de Fevereiro de 2024 - Edição nº5022

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:820720400  
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003  
Redacção e Administração: Rua da Resistencia, Nº1642, Prédio Cil/3M - Maputo - Moçambique  
Telefone: 21418823 ou 824915440/844719596  
E-mail: diariodenoticias@tv cabo.co.mz

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),  
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7  
Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo  
miramarkayakwanga@tdm.co.mz

**DESDE O ATAQUE, NÚMERO DE DESLOCADOS TEM ESTADO A AUMENTAR**

# Jihadistas matam quatro pessoas e destroem infra-estruturas em Chiúre

(Maputo) Populares do distrito de Chiúre, província de Cabo Delgado, denunciaram ontem um novo ataque de grupos de insurgentes que provocou pelo menos quatro mortos e a destruição de várias infra-estruturas.

Fontes das comunidades locais disseram que os insur-

gentes atacaram no último sábado a comunidade de Magaia, no posto administrativo de Mazeze, naquele distrito do norte do país, provocando quatro mortos entre a população.

“Estão lá desde a manhã do sábado. Mataram o meu cunhado à luz do dia, porque entraram a disparar”, relatou um familiar de uma das vítimas deste ataque.

A mesma fonte avançou que no ataque a Magaia, os rebeldes mataram outras três pessoas durante a manhã de sábado, enquanto trabalhavam nos campos agrícolas: “Todos estavam nos seus campos de produção, os terroristas entraram a disparar e mataram as pessoas. O meu cunhado levou tiro no pescoço quando tentava fugir”.

**DESDE DEZEMBRO QUE OS ATAQUES SUBIRAM DE TOM**

# Empresários de Cabo Delgado desesperados com nova vaga de violência

(Maputo) O presidente do Conselho Empresarial de Cabo Delgado, Mamudo Irache, afirmou ontem que os empresários daquela província estão “desesperados” com o regresso dos ataques terroristas nas últimas semanas, que também condicionam a recuperação económica.

“Nós estávamos a recuperar as nossas actividades, já

tinhamos a esperança do regresso e da retoma”, lamentou Mamudo Irache.

Para o representante dos empresários de Cabo Delgado, esta nova vaga de ataques terroristas, que se verifica desde Dezembro, deixa as empresas da província apreensivas.

“Desde que começaram os rumores da retoma das actividades na bacia do Rovuma, a ‘Jihad’ intensificou as suas actividades, retomou a actividade do terrorismo na região,

e isto trouxe grande desespero aos empresários da nossa província”, observou, dando conta de camiões que chegam a ficar vários dias na vila de Macomia, região central de Cabo Delgado, aguardando por escolta para chegarem ao norte.

“É sentimental ver camiões e camiões retidos em Macomia, são custos que o empresário está a ter neste momento, sem saber quando é

⇒ Publicidade

# DN

## DIÁRIO DE NOTÍCIAS

**CARO EMPRESARIO E LEITOR  
ANUNCIE SEUS SERVIÇOS E ASSINE O**

# DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Uma outra fonte da população local disse que os terroristas destruíram algumas infra-estruturas públicas e privadas no ataque a Magaia.

“Sei que destruíram a escola por exemplo e queimaram muitas casas da comunidade de Magaia. Neste momento a população está a sair para Chiúre - sede”, disse a mesma fonte.

Acrescentou que desde este ataque, o número de deslocados para a sede distrital de Chiúre tem estado a aumentar. Além da saída massiva da comunidade de Magaia, os residentes da aldeia Ntonhane, a menos de 10 quilómetros de Magaia, também abandonaram a aldeia por receio de ataques.

“A situação está caótica. Os de Magaia, saíram, assim como a comunidade de Ntonhane saiu. Os terroristas estão espalhados, em Chiúre”, observou a mesma fonte.

Segundo o administrador distrital de Chiúre, Oliveira Amimo, os ataques terroristas no distrito começaram em 03 de Fevereiro, quando os rebeldes entraram na região, vindos do vizinho distrito de Mecúfi, através da comunidade de Somas.

Nas últimas semanas têm sido

relatados casos de ataques de grupos insurgentes em várias aldeias e estradas de Cabo Delgado, inclusive com abordagens a viaturas, rapto de motoristas e exigência de dinheiro para a população circular em algumas vias.

O grupo extremista Estado Islâmico (EI) reivindicou na quarta-feira a autoria de um ataque terrorista em Macomia, em Cabo Delgado, e a morte de pelo menos 20 pessoas. Tratou-se de um dos mais violentos ataques em vários meses.

Através de canais de propaganda, o grupo terrorista documentou o ataque a uma posição das forças armadas moçambicanas, levando material bélico, e reivindicou ainda outro ataque em Chiúre.

Contudo, o administrador distrital de Macomia, Tomás Badae, confirmou no dia 12 que os grupos de insurgentes que actuam em Cabo Delgado atacaram uma posição das Forças de Defesa e Segurança (FDS) no distrito.

O ataque aconteceu na noite de dia 09 e a madrugada de dia 10, entre 23:00 e 03:00, no posto administrativo de Mucojo, a 45 quilómetros da sede

distrital de Macomia: “Tomaram, sim, a posição e assaltaram-na, mas não temos mais informação se ainda estão lá ou já abandonaram”.

Na terça-feira foi confirmado o ataque, também agora reivindicado pelo EI, no distrito de Chiúre, com a destruição de várias infra-estruturas e igrejas.

O alvo foi a sede do posto administrativo de Mazeze, no interior do distrito de Chiúre, onde os rebeldes atearam fogo ao hospital, à secretaria do posto administrativo e à residência da chefe do posto administrativo, avançou o administrador distrital de Chiúre. “As infra-estruturas estão basicamente destruídas”, disse Oliveira Amimo, acrescentando que os rebeldes destruíram a capela pertencente à Igreja Católica.

A província de Cabo Delgado enfrenta há seis anos alguns ataques reivindicados pelo EI, o que levou a uma resposta militar desde Julho de 2021, com apoio do Ruanda e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), libertando distritos junto aos projectos do gás.

**(Redacção)**

---

## **Empresários de Cabo Delgado desesperados com nova vaga de violência**

que vai terminar essa preocupação”, continuou.

Por outro lado, Mamudo Irache lamenta a falta de apoio estatal aos empresários de Cabo Delgado, sobretudo os que foram afectados pelas acções terroristas: “Já ouvimos falar de vários apoios, mas nunca chegam ao empresário. Mas é o mesmo empresário inseguro com seus investimentos que está lá. Então, a situação para o sector empresarial não está boa”.

Neste cenário, diz, os empresários de Cabo Delgado “estão a virar-se à sua maneira”.

Para Assif Osman, empresário da longa data na província de Cabo Delgado, o cenário dos ataques não só preocupa as empresas locais como o resto do país, prejudicando a recuperação económica.

“Agora começavam a haver sinais de que o país, depois de ter passado por um período relativamente

longo de preparação, de adaptação à nova realidade, estava em condições de fazer o arranque, e continuo a acreditar que está. Essas notícias não são nada encorajadoras, mas volto a dizer, e quero frisar isso, que tenho esperança absoluta de que esta seja uma situação bastante pontual e que as nossas Forças de Defesa e Segurança rapidamente conseguirão ultrapassar”, apontou o empresário.

Populares do distrito de Chiúre, província de Cabo Delgado, denunciaram ontem um novo ataque de grupos de insurgentes que provocou pelo menos quatro mortos e a destruição de várias infra-estruturas.

Nas últimas semanas têm sido relatados casos de ataques de grupos insurgentes em várias aldeias e estradas de Cabo Delgado, inclusive com abordagens a viaturas, rapto de motoristas e exigência de dinheiro para a população circular em algumas vias.

O grupo extremista Estado Is-

lâmico (EI) reivindicou na semana passada a autoria de um ataque terrorista em Macomia, em Cabo Delgado, e a morte de pelo menos 20 pessoas. Tratou-se de um dos mais violentos ataques em vários meses.

Através de canais de propaganda, o grupo terrorista documentou o ataque a uma posição das forças armadas moçambicanas, levando material bélico, e reivindicou ainda outro ataque em Chiúre.

Na terça-feira foi confirmado o ataque, também depois reivindicado pelo EI, no distrito de Chiúre, com a destruição de várias infra-estruturas e igrejas. A província de Cabo Delgado enfrenta há seis anos alguns ataques reivindicados pelo EI, o que levou a uma resposta militar desde Julho de 2021, com apoio do Ruanda e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), libertando distritos junto aos projectos do gás. **(Redacção)**

# Moçambique passa a obrigar sociedades a declarar proprietários

(Maputo) Moçambique vai passar a obrigar as sociedades a declarar os seus proprietários, através de legislação já aprovada pelo Governo, passo considerado essencial para retirar o país da lista cinzenta internacional de branqueamento de capitais.

“Passa a obrigar as sociedades a declarar os seus donos, o que antes não acontecia. Nas sociedades anónimas não aparecia o dono, o dono estava omisso”, disse ontem o coordenador nacional para a remoção de Moçambique da lista cinzenta, Luís Abel Cezerilo.

Em causa está um decreto-lei do Governo, autorizado por resolução da Assembleia Nacional em 29 de Dezembro, para conformar as disposições legais com o Código Comercial e com o Regime Jurídico da Lei de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução em Massa, obrigando, na prática, ao registo do “beneficiário efectivo” das sociedades no sistema fiscal.

“O dono podia criar várias sociedades e nunca aparecia, numa óptica também de responsabilização não aparecia. Transferências monetárias internacionais pelas sociedades criadas, não aparece, e noutros actos ilícitos ou lícitos (...). Agora vai obrigar a que se declare essa pessoa”, explicou Luís Abel Cezerilo.

Após o período de transição na aplicação da nova regulamentação, e caso os proprietários não sejam declarados, avançou igualmente,

“a responsabilização dos actos praticados” passa a ser de todos os elementos da direcção.

“Então, transfere-se o ónus da responsabilidade criminal. Terão [administração das sociedades] que fazer uma opção clara entre ocultar e revelar”, sublinhou o responsável, garantindo que a medida representa igualmente um “reforço do sistema financeiro nacional contra as práticas de branqueamento de capitais” em Moçambique.

Segundo Luís Abel Cezerilo, aprovada que está a legislação, vai avançar de imediato a formação para os aplicadores da lei, seguindo-se acções de sensibilização de boas práticas para todas as agentes envolvidos.

Moçambique entrou em 22 de Outubro de 2022 na denominada lista cinzenta do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), por não ter eliminado as deficiências na luta contra o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

No processo de saída da lista, tido como prioritário pelo Governo, Moçambique tem de cumprir critérios de conformidade, estando o país a ser avaliado em 40 recomendações, necessitando de mais de 20 cumpridas ou largamente cumpridas, bem como ao nível do critério de efectividade, com a necessidade de 11 resultados imediatos, explicou Cezerilo.

“Neste momento nós temos quatro ‘largamente cumpridos’. Se

cumprirmos esta, ficamos com cinco e para nós sairmos [da lista cinzenta] precisamos de mais duas”, acrescentou, embora sem se comprometer com a possibilidade de o concretizar ainda este ano.

“O que posso dizer é que todas as instituições estão empenhadas em dotar o país das ferramentas necessárias”, acentuou o coordenador nacional para a remoção de Moçambique da lista cinzenta.

Moçambique já completou a terceira avaliação nesta avaliação, com quatro dos 11 resultados imediatos já classificados como “largamente cumpridos”, relatório que será ratificado em reunião plenária do GAFI, em Paris, de 21 a 23 de Fevereiro.

“Este quinto [resultado imediato] há-de aparecer no quarto relatório de avaliação que iremos submeter em 23 de Março”, avançou ainda.

Luís Abel Cezerilo revelou igualmente a avaliação positiva que o GAFI fez do primeiro ano de Moçambique naquela classificação, num conjunto de 17 países colocados na lista cinzenta.

“Ao fim de um ano, o GAFI resolveu não aplicar contra-medidas. Ou seja, considerou o progresso de Moçambique positivo”, avançou Cezerilo, explicando que entre os critérios dessa avaliação estão o cumprimento das recomendações e pelas instituições, bem como o comprometimento dos governos. **(Redacção)**

## **RESOLUÇÃO DE CONTENCIOSOS ELEITORAIS**

# Renamo defende reforço de competências de tribunais distritais

(Maputo) A Renamo, maior partido da oposição, defendeu ontem o reforço e esclarecimento das

competências dos tribunais distritais na resolução de contenciosos eleitorais, para que não sirvam

de “correio” de documentos do Conselho Constitucional (CC).

“O nosso intuito é que, sendo tribunais devem tomar decisões na área da sua jurisdição, devem tomar a decisão de anular eleições, mandar repetir, mandar recontar os votos através dos editais na área de jurisdição como instância primária”, disse António Muchanga, deputado da Renamo, durante uma conferência de imprensa em Maputo.

As sextas eleições autárquicas em Moçambique, realizadas em Outubro do ano passado, foram fortemente contestadas pela oposição, que não reconheceu os resultados oficiais, e pela sociedade civil, alegando fraude, com o Conselho Constitucional (CC), órgão máximo de justiça eleitoral, a admitir algumas anomalias e a necessidade de revisão da lei eleitoral, sobretudo na clarificação das competências dos tribunais de primeira instância.

As dúvidas sobre as competências dos tribunais distritais surgiram quando alguns destes órgãos anularam a votação de 11 de Outubro em algumas autarquias, face a irregularidades levantadas pela oposição, decisões que foram posteriormente invalidadas pelo

CC, que se considerou a única entidade com competências para validar ou não os processos.

A Renamo quer ainda que os tribunais distritais apliquem penas e até prisão efectiva aos infractores, para que as instituições “não sirvam de correio e de um canal de recepção de documentos que vão ao Conselho Constitucional” para serem validados e proclamados.

“O Conselho Constitucional não pode ser instância única com esses poderes, nós pensamos que os tribunais de distrito devem ter essa competência ao seu nível, os provinciais também, assim sucessivamente sempre que a matéria o exigir”, disse António Muchanga.

O maior partido da oposição quer ainda que sejam esclarecidos e detalhados os procedimentos aplicados no apuramento intermédio dos resultados eleitorais, conforme feito no apuramento das mesas.

“A lei esclarece com detalhe o apuramento na mesa, mas já não esclarece o que é que se faz no apuramento intermédio, o que é feito pela CNE [Comissão Nacional de Eleições]. Portanto, queremos que as coisas fiquem claras de modo

que o Conselho Constitucional não volte a fazer esta vergonha, recusando fazer justiça”, referiu António Muchanga.

Na sexta-feira (16.02), o presidente do MDM, terceira força política parlamentar, também defendeu a necessidade de se esclarecerem as competências dos tribunais de primeira instância para as eleições gerais de 09 de Outubro.

No início do mês, o chefe de Estado, Filipe Nyusi, admitiu “algumas falhas” nas últimas eleições autárquicas, justificando os episódios, fortemente contestados pela oposição, com o facto de o país ser uma “democracia ainda jovem”.

No escrutínio de 11 de Outubro do ano passado, a Frelimo, no poder, foi declarada como vencedora em 60 autarquias de um total de 65, tendo a Renamo vencido quatro e o MDM uma.

O país prepara-se, este ano, para as eleições gerais, incluindo as sétimas presidenciais, às quais o actual Presidente, Filipe Nyusi, já não pode constitucionalmente concorrer, por ter cumprido dois mandatos. **(Redacção)**

---

## DEPOIS DE REVELADOS ALEGADOS DESVIOS E ACTOS DE SABOTAGEM INTERNA

# Governo quer ajudar gestores no “caminho correcto” para a LAM

(Maputo) O primeiro-ministro, Adriano Maleiane, afirmou que o Governo quer “ajudar” os gestores da transportadora aérea estatal LAM a encontrarem “o caminho correcto”, depois de revelados alegados desvios e actos de sabotagem interna.

“Se a regra de gestão foi violada, isto tem de ser corrigido, e há instrumentos legais, financeiros, para a resolução do problema. Todos os problemas na gestão vão surgindo, infelizmente. O importante é termos solução, para não termos problemas que temos e, se de facto existir alguma má

intenção nesse processo, então temos as instituições que tratam desse problema”, disse Maleiane, questionado pelos jornalistas, no domingo.

“Temos de ajudar a empresa e os gestores a encontrarem o caminho correcto”, acrescentou.

O director de reestruturação das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) denunciou em 12 de Fevereiro um esquema de desvio de dinheiro, com prejuízos de pelo menos quase três milhões de dólares, em lojas de venda de bilhetes, através de máquinas dos terminais de pagamento automático (TPA/

POS) que não são da companhia.

“Fizemos um trabalho relâmpago com a segurança interna da LAM de recolher todos os POS e, dos 20 pontos de venda de bilhetes da LAM, recolhemos, até domingo, 81 POS. Há algumas lojas onde os próprios chefes dos estabelecimentos não reconhecem as máquinas e dizem não saber sequer a quem pertencem”, declarou Sérgio Matos, numa conferência de imprensa em Maputo.

A LAM está num processo de revitalização, com a empresa sul-africana Fly Modern Ark en-



carregue da gestão desde Abril do ano passado, com um plano de reestruturação em curso.

A estratégia de revitalização da empresa segue-se a anos de problemas operacionais relacionados com uma frota reduzida e falta de investimentos, com registo de alguns incidentes, não fatais, associados por especialistas à deficiente manutenção das aeronaves.

“Temos de compreender que a LAM é uma empresa que pode ter momentos bons e momentos maus, e o importante é identificar o problema e resolvê-lo. Porque é assim que tem de ser, sobretudo quando se trata de uma empresa pública, tem de ser o modelo, e é esse esforço que o Governo está a fazer: encontrar uma saída para a empresa voltar a ser como foi no passado”, acrescentou, nas mesmas declarações, o primeiro-ministro.

A fiscalização aos alegados desvios começou há duas semanas, quando a LAM percebeu que, embora o número de bilhetes vendidos esteja a subir, as contas continuam longe do esperado.

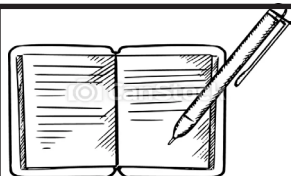
“Está-se a vender, mas a empresa não está a ter todo o dinheiro e nos últimos três meses das avaliações fomos vendo que o diferencial que estávamos a ter estava na ordem entre dois milhões de dólares e três milhões de dólares. Só no mês de Dezembro, estamos com um défice de 3,2 milhões de dólares”, observou, na altura, Sérgio Matos, avançando que a inspeção registou casos suspeitos mesmo na recolha de dinheiro vivo nas lojas.

A inspeção levada a cabo também identificou anomalias no que toca ao abastecimento de combustível às aeronaves.

“Se uma aeronave tem capacidade máxima de combustível na ordem de 80.000 litros, nós chamamos de 80 toneladas, [nos documentos] a mesma aeronave está a ser abastecida a 95 toneladas. Então a questão é onde as 15 toneladas restantes estão a entrar”, questionou.

A rede de voos da LAM conta com 12 destinos no mercado doméstico, a nível regional voa regularmente para Joanesburgo, Dar-Es-Salaam, Harare, Lusaka, e Cidade do Cabo, enquanto Lisboa é desde 12 de Dezembro o único destino intercontinental.

Diariamente, a LAM realiza mais de 40 voos, operados através da sua frota composta por um Boeing 737, três Q400, dois Bombardier CRJ 900 e dois Embraer 145, operados pela subsidiária Moçambique Expresso (MEX). **(Redacção)**



**LABIRINTO**

Laurindos Macuácu

## Epístolas a Tina (45)

Há-de notar, querida Tina, que hoje escrevo apenas em causa própria, só para ter feito algo por mim. Terminada a carta, quis fazer alguns reparos, correcções, mas apercebi-me que já a havia metido no envelope. Portanto, já não era propriedade minha, e a propriedade alheia deve ser manuseada com mais atenção e senso de responsabilidade. Por isso, decidi deixá-la assim.

Nunca imaginei que se pudesse sentir uma angústia como a que sinto. Sou obrigado a admitir que a invenção humana ainda não criou um quadro atroz como o meu. São mais gemidos que palavras! Alguém pode traduzir, fielmente, em palavras as mil mortes de que se padece de cada vez que a esperança nos é, brutalmente, arrancada? Desgraçado homem que sou! E a quem pedir ajuda nesta hora atribulada? Não consigo localizar a minha dor. Talvez se tenha apoderado

de todo o meu eu. Só quero algum tempo de silêncio, por piedade!

E tudo isto por amor a ti, Tina. Amei-te desesperadamente. Com todo o meu fôlego. Esta é a verdade cristalina, como se espera que seja dos lábios de um moribundo. Faltam-me forças. Falta-me vontade de continuar esta jornada desta maneira. Tudo o que vejo tem cor lúgubre, cheira a infortúnio. Parece que a infelicidade tem, às vezes, vaidade de mostrar que o é, até não poder sê-lo mais!

Parece que a morte vem à galope. É inevitável fechar os olhos. E nota, minha bela Tina, que não me estou a queixar. É o meu coração que fala. Desobedece-me. Diz o que lhe convém. Será que há-de o bom Deus me receber de braços abertos? Só quero um pouco de paz. Paz, por piedade!

## AVISO

### Renovação de assinaturas para 2024

A direção comercial da Media Jornalistas Associados, empresa proprietária do jornal *DIÁRIO DE NOTÍCIAS (DN)*, informa que está aberta para novas subscrições e renovação de assinaturas para o ano 2024. Por favor contactar através do e-mail [diariodenoticias@tvcabo.co.mz](mailto:diariodenoticias@tvcabo.co.mz) ou pelos telefones celulares 84 4719596 / 820720400.

Atenciosamente  
Sector Comercial